

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA**

**22<sup>a</sup> REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA  
BRASÍLIA, 16 A 19 DE JULHO DE 2000**

**FÓRUM DE PESQUISA 11:  
ETNOGRAFIA E O PAPEL DO ANTROPÓLOGO FRENTE AOS PROJETOS DE GRANDES  
IMPACTOS SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL**

**Coordenadores:  
Manuel Ferreira Lima Filho (Universidade Católica de Goiás)  
Ana Guita de Oliveira (IPHAN)  
Gustavo Lins Ribeiro (UnB)**

Tendo em vista a necessidade de recriar um espaço junto a Associação Brasileira de Antropologia para incentivar e circular apresentações de experiências etnográficas e, portanto, de produção de conhecimento antropológico relacionadas aos projetos de grande impactos (hidrelétricas, hidrovias, ferrovias, estradas etc...) e ao mesmo tempo, propiciar um ambiente de reflexão pautado por discussões como: novos espaços de atuação profissional/mercado de trabalho para o antropólogo, a responsabilidade e a ética relacionadas ao projetos de grandes impactos, pesquisa aplicada x pesquisa pura, compromisso social do antropólogo frente a dependência das instituições de pesquisa e dos interesses dos financiadores empresariais, relação cultura e natureza, museus abertos, políticas públicas de preservação do patrimônio entre outros temas correlatos, estamos propondo um Fórum de Pesquisa intitulado "Etnografia e o papel do Antropólogo frente aos projetos de grandes impactos sociocultural e ambiental". Este Fórum pretende resgatar discussões já ocorrida em anos anteriores na ABA e propiciar o encontro de pesquisadores seniores e juniores sobre o tema, motivado ainda pela resolução do CONAMA – (Resolução No 7) que garante o estudo da cultura material e das populações atingidas; o Plano Nacional Energético 2015 que, como exemplo, prevê para o rio Tocantins a construção de dez hidrelétricas, além da Hidrovia Tocantins-Araguaia (em implantação); além de tantos outros projetos. Consideramos que a reunião da ABA é o espaço adequado para desenvolver e ampliar tais discussões. Primeiro Dia: Antropologia e avaliação de impactos: exemplos e discussões a partir das etnografias; Segundo Dia: Antropologia e Poder. Políticas Públicas e o Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental Brasileiro; Terceiro Dia: Antropologia de Encomenda ? O Espaço Profissional do Antropólogo e o papel da ABA em projetos de grandes impactos.

**1ª SESSÃO (17/07) DAS 14 ÀS 17HS - ETNOGRAFIA E O PAPEL DO ANTROPÓLOGO FRENTE AOS PROJETOS DE GRANDES IMPACTOS: EXEMPLOS E DISCUSSÕES A PARTIR DAS ETNOGRAFIAS.**

**Coordenador: Marco Lazarin (UFGO)**

**Debatedor: Gustavo Lins Ribeiro (UnB)**

**A USINA E O FRADE - RISCO TECNOLÓGICO E TRADIÇÃO: NOTAS PARA UMA ANTROPOLOGIA DO SOFRIMENTO.**

**Gláucia Oliveira da Silva (UFF)**

O local estudado denomina-se Vila do Frade, Estado do Rio de Janeiro, e situa - se próximo à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, onde existem as duas usinas nucleares brasileiras (Angra I e Angra II). Numa noite de janeiro de 1988, um raio, durante uma tempestade, atingiu o dispositivo sonoro que avisa sobre algum problema na Central. A sirene disparou deixando a população em pânico. Descrito pelos habitantes como “tragédia”, levou o desespero para a população que viveu, diante da escuta do alarme, um acidente inexistente, pelo menos do ponto de vista radiológico. Trouxe assim à tona uma grande carga dramática devido a seu caráter liminar, associado pelos moradores à explosão de uma bomba atômica. Embora possamos considerar que o incidente tenha questionado diretamente o controle dos técnicos sobre seus instrumentos de trabalho, eles mantiveram um discurso que buscava minimizar a reação dos habitantes, sustentando que, naquele dia, nada de extraordinário havia acontecido, a não ser um defeito num equipamento devido a uma descarga elétrica. Tendo esse fato ocorrido há mais de uma década, tive de reconstituí - lo através de relatos daqueles que o viveram e ainda trazem na memória as marcas do incidente. As entrevistas revelaram a permanência de uma dor, não física, mas moral, lembrando, por isso, de certa forma, o que nos ensina Veena Das em sua análise sobre a tragédia de Bhopal, ocorrida em 1984. Apesar da imensa diferença entre os contextos, pois na Índia houve um grande escape de gás tóxico e a morte de milhares de indianos, em ambos os casos há visões opostas sobre o mesmo fato

A população do Frade, por sua grande proximidade com Angra I, está exposta a um risco tecnológico extremamente grave, embora tenha se dado conta disso, através de um acontecimento que proporcionou um sofrimento menor do que poderia causar. Os riscos tecnológicos constituem um objeto de fundamental importância para sociólogos que, como Ulrich Beck e, também Anthony Giddens, consideram que tais ameaças delineiam um novo tipo de sociedade: a sociedade de risco ou a sociedade da confiança, respectivamente. Os perigos modernos apontam, como é o caso do risco de acidente nuclear, para conseqüências irreversíveis, de grande grau de incerteza, com efeitos desastrosos para a

vida em geral. O presente artigo então pretende analisar um fato que, envolvendo população, empresa e poder público, pode ser considerado como tanto como um acidente quanto como um simples mal entendido, dependendo do ponto de vista que se adote.

### **AUDIÊNCIA PÚBLICA EM ANGRA DOS REIS: DEBATE EM TORNO DO LICENCIAMENTO DE UMA USINA NUCLEAR.**

**Rosane M. Prado (UERJ)**

**José Sérgio Leite Lopes (MN/UFRJ)**

**Diana Antonaz (MN/UFRJ)**

**Gláucia Oliveira da Silva (UFF)**

Tratamos aqui da primeira audiência pública realizada no Brasil visando o licenciamento de operação de uma usina nuclear – Angra 2 – que foi objeto de nossa observação no contexto de uma pesquisa sobre participação da população no controle da poluição industrial. A audiência pública demonstrou ser um momento particular de visibilidade, não apenas por causa do discurso proferido pelos participantes mas, também, na sua preparação, e nos seus elementos constitutivos, que se mostraram capazes de revelar a visão dos promotores – no caso uma parcela do Estado – a respeito da hierarquia dos segmentos sociais (detentores de diferentes possibilidades de intervenção), através, por exemplo, do conteúdo do regulamento, das posições estruturais ocupadas no espaço da audiência, da composição das mesas, dos tempos de intervenções concedidos; e com referência à legitimidade das partes envolvidas. As possibilidades de improvisação dentro do roteiro pré-estabelecido denotam o potencial de reação dos setores organizados, e denunciam formas sutis de violência praticadas pelos representantes dos estados. Apesar dos questionamentos `a expertise, ficou bastante evidente nessa audiência a distância entre o saber dos peritos e do público em geral. Em contrapartida ao objetivismo associado à reiteração sobre benefícios e segurança, que marcou o discurso dos técnicos encarregados de expor o RIMA e prestar esclarecimentos, ficou também a marca dessas reações do lado da platéia, que emanaram de diferentes campos ali representados, como pudemos deduzir pelas presenças constantemente referidas de vários representantes de organizações. Os participantes conseguiram colocar as medidas compensatórias no centro da discussão.

### **AS IMPLICAÇÕES DO IMPACTO DE UM PROJETO DE DIFUSÃO TECNOLÓGICA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO**

**Pedro Nascimento (UFPE)**

**Karla Galvão Adrião (UFPE)**

Este trabalho busca refletir a situação de implementação de um projeto de difusão tecnológica junto a uma comunidade pesqueira no litoral sul de Pernambuco (comunidades de Porto de Galinhas e Serrambi). Avaliou-se a forma como foram introduzidas novas

técnicas de pesca no cotidiano dos pescadores, até então pescando artesanalmente, através de aparelhagem eletrônica – GPS (global position system), Ecossonda e Rádio VHF - e barcos com motor mais potente, com capacidade para ultrapassar os limites da plataforma continental. Pensou-se no papel do antropólogo enquanto interlocutor no encontro de dois mundos de significados. Sobremaneira atenta-se para os problemas de implementação de projetos que desconsideram o conhecimento nativo e introduzem aleatoriamente novas tecnologias bem como o impacto dessa forma de atuação no cotidiano de uma comunidade.

## **PROJETO DE LEVANTAMENTO RESGATE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DA UHE-MANSO/MT: UMA EXPERIÊNCIA DE ANTROPOLOGIA APLICADA**

### **Leila Miguel Fraga (Universidade Católica de Goiás)**

O Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia da Universidade Católica de Goiás é pioneiro em empreender trabalhos de Antropologia Aplicada nos projetos de grandes impactos ambientais. Desde 1995, com a construção da Usina Hidrelétrica do Rio Corumbá (GO) que iniciamos nossos trabalhos de levantamento e resgate do patrimônio cultural, abrindo frentes de pesquisas multi e interdisciplinares, somando-se às necessidades legais do empreendimento um trabalho científico e acadêmico. Como é de conhecimento da comunidade científica brasileira, são enormes e penosos os esforços para se conseguir verbas para pesquisa no Brasil. Estes projetos, apesar de terem um prazo curto para conclusão de seu empreendimento, ainda sim nos oferecem excelentes oportunidades de pesquisas. Através do apoio logístico e financeiro dado pelo empreendedor, nos possibilitam levar nossos alunos e professores a vivenciar experiências ímpares. O Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Histórico Cultural da UHE-Manso desenvolve-se majoritariamente em um área de 387 km<sup>2</sup> dentro do município de Chapada dos Guimarães - MT. Possui as seguintes frentes de pesquisa: antropologia aplicada; arqueologia histórica; história; arquitetura, questões da paisagem e conservação do patrimônio paisagístico e documentação audiovisual. Com isto, temos sobre o mesmo objeto olhares multidisciplinares, o que nos possibilita transitar com alunos e professores de diversas áreas de conhecimentos, subsidiando a pesquisa etnográfica. Um dos aspectos relevantes é a dimensão ética e o compromisso científico de lidar com a realidade imediata e concreta das comunidades sujeitas ao processo de remanejamento. Portanto apresentamos a esta mesa o presente projeto para pedir que esta Associação promova uma reflexão acerca dessa questão fundamental da antropologia aplicada, proporcionando, assim, orientação e formas de apoio aos antropólogos que cada vez mais vêm sendo chamados a atuar nestas frentes de trabalho.

## **OS “IMPACTOS PRELIMINARES” NO SÍTIO KALUNGA.**

### **Cleyde R. Amorim (USP)**

As discussões sobre impactos da construção de grandes obras entre populações rurais brasileiras têm focado sobretudo as consequências do desalojamento: a desterritorialização e a desarticulação sócio-cultural. É importante salientar um momento anterior: a partir do anúncio do empreendimento na região. Entram em cena a supervalorização das terras, que geralmente não são as das populações atingidas, a especulação imobiliária e o pânico entre os ameaçados. As contradições entre o direito legítimo e o direito legal e sobre a propriedade da terra também compõem o drama.

A partir dos “estudos preliminares” para a construção de uma usina hidroelétrica no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (Goiás), discute-se sobre as marcas que esses primeiros impactos imprimem na memória coletiva.

## **2ª SESSÃO (18/07) DAS 14 ÀS 17HS - ANTROPOLOGIA E PODER. POLÍTICAS PÚBLICAS E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL E AMBIENTAL BRASILEIRO.**

**Coordenador: Ana Guita de Oliveira (IPHAN-MINC)**

**Debatedor: Augusto Arantes (Unicamp)**

### **REGISTRO: A NOVA FIGURA JURÍDICA PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL BRASILEIRO.**

**Alexandre Fernandes Corrêa (UFMA)**

Num breve artigo, apresentam-se algumas reflexões acerca da proposta do GTPI-MinC da criação da nova figura jurídica *registro*: uma nova forma de inscrição do patrimônio cultural dito imaterial brasileiro. Através da análise do paradigma clássico ocidental, constituído pelo dualismo cartesiano, aparecem interessantes indicativos de novas tendências preservacionistas. Basicamente, questiona-se a visão *compartimentada e fragmentária* do mundo que separa o Material do Imaterial, a Natureza da Cultura, o Tangível do Intangível, assim por diante. Busca-se no texto uma re-integração, o encontro de uma verdadeira *bio-cultura*, em que o homem, a vida e todos os seres são colocados no mesmo plano de ação patrimonial e memorial. Num ponto de vista *meta-etnológico*, almeja-se aqui atingir uma antropologia profunda, inspirada na máxima de Marcel Mauss: *É preciso recompor o todo*.

### **ARQUEOLOGIA, DIVERSIDADE CULTURAL E PATRIMÔNIO HISTÓRICO: ALGUMAS REFLEXÕES**

**Marcos André Torres (Universidade Católica de Goiás)**

Após ter realizado escavações arqueológicas onde se situavam as habitações em torno da praça central do arraial, onde habitavam os mineiros de maiores posses, identifiquei na cultura material exumada marcas indiscutíveis de relações assimétricas bem características envolvendo diferenças de gênero, étnicas e de *status* sócio-econômico, e que diziam respeito aos co-habitantes das residências: homens livres e mulheres escravas. Nessa pesquisa, identifiquei um controle efetivo da mulher escrava sobre um setor vital da existência humana: o sistema de alimentos, do plantio, passando pelo preparo, até o prato do colono, o que esteve envolvido com referenciais de manutenção de vínculos culturais e étnicos. A partir de discussões como essa, temos tido a oportunidade de reconhecer o papel ativo de indivíduos que, ainda que silenciados, deixaram sua marcas e alimentaram, ativamente, nosso acervo cultural e a visão que temos de nós mesmos, como uma sociedade multiétnica e diversa. O fato é que os monumentos à nossa idéia de nação - ao menos aquela que mantemos ideacionalmente, está longe de ser totalmente visível acima do solo. Esses monumentos estão, na maior parte das vezes, misturados à terra e cobertos

de capim. Não tem apelo estético e tampouco monumentalidade na acepção corriqueira do termo. Seu apelo reside na nossa capacidade de auto-identificação com uma cultura multiétnica e plural e, se assim nos vemos, ele adquire um potente significado. Isto passa pelos enfoques dados às pesquisas e, obviamente, por políticas públicas: ações governamentais, educativas, alocação de recursos, ações preservacionistas, legislação etc. Passa também pela nossa capacidade para reconhecer que somos um povo em aprendizado sobre nós mesmos, o que está além dos restritos círculos acadêmicos ou das esferas de decisão política.

## **A PRESERVAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS CULTURAIS: DIREITOS ANTINÔMICOS, SITUAÇÕES AMBÍGUAS**

### **Izabela Maria Tamaso (UnB)**

O presente trabalho tem como propósito refletir sobre a relação entre as políticas públicas de preservação dos patrimônios culturais e a recepção de tais políticas por parte dos grupos nela (ou por ela) envolvidos: sociedade civil, esferas hierarquicamente inferiores do Estado (Governos Estaduais e Municípios) e Igreja Católica. Parto da idéia de que a relação entre grupos envolvidos nas políticas de preservação dos patrimônios culturais é freqüentemente, se não sempre, conflituosa, porque revela antagonismos inerentes à própria concepção de patrimônio cultural como um bem coletivo situado numa sociedade fundamentada no Direito Romano; portanto privilegiadora do direito à propriedade privada. Decorrentes do conflito de direitos, as várias situações ambíguas — o lugar ocupado pelos direitos meta-individuais e “antinomia entre domínio e posse” e o “duplo exercício de propriedade”, por exemplo — dificultam sobremaneira as práticas de preservação dos patrimônios culturais no Brasil.

## **PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO– A ATUAÇÃO DO IPHAN**

### **Célia Maria Corsino (Diretora do DID/IPHAN)**

**Ana Claudia Lima e Alves**

**Márcia Sant’Anna**

**Isolda dos Anjos Honnen**

**Catarina E. Ferreira da Silva.**

Instituição federal responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, o IPHAN vem tratando de desenvolver políticas de identificação, documentação e de criar novos instrumentos, além do tombamento, capazes de atender à demanda histórica pelo reconhecimento de bens culturais representativos da pluralidade e diversidade dos grupos formadores da sociedade brasileira. Esses novos instrumentos são o Registro de bens culturais de natureza Imaterial e o Inventário Nacional de Referências Culturais.

A par disso, com base nas legislações de proteção ao patrimônio cultural e ao meio-ambiente, preocupado em enfrentar as permanentes ameaças de impacto sobre o patrimônio cultural e sobre as populações atingidas, provocados por grandes projetos de empreendimento econômico e de construção de infra-estrutura, o IPHAN constituiu comissão inter-disciplinar com vistas à regulamentação de procedimentos no trato das questões relacionadas à preservação do patrimônio cultural nos processos de licenciamento ambiental.

Desde o planejamento, e especialmente no desenvolvimento dessas ações, a participação de antropólogos tem sido e continuará sendo, cada vez mais, fundamental.



### **3ª Sessão (19/07) DAS 14H ÀS 17HS - O ANTROPÓLOGO COMO INTELLECTUAL PÚBLICO E SUAS RELAÇÕES COM A SOCIEDADE**

**Coordenador: Manuel Ferreira Lima Filho (Universidade Católica de Goiás)**

#### **HIDRELÉTRICAS, PRIVATIZAÇÕES E OS ÍNDIOS NA REGIÃO SUL- UMA REFLEXÃO**

**Silvio Coelho (UFSC)**

#### **DO EXOTISMO À MODERNIDADE; AS NOVAS RELAÇÕES DA ANTROPOLOGIA COM A MODERNIDADE.**

**Nathalie Pétesch (EREA/CNRS)**

Livre das teorias globalizantes (marxismo, estruturalismo) e defrontadas com a evolução rápida dos grupos sociais, as ciências humanas cultivam nestes últimos anos o pluralismo metodológico e multiplicam os novos territórios de pesquisa.

Na França todavia, a antropologia tarda em encarar as novas paradas epistemológicas. Nostálgica do longínquo, cinge-se, no presente das sociedades contemporâneas, a pesquisar a tradição ou a alteridade, que muitas vezes têm que ser reinventadas ou construídas simbolicamente.

Contudo, novos ramos da antropologia estão crescendo: antropologia industrial e urbana, etnologia patrimonial, etno-management, etno-marketing, etc., operando num quadro contratual ao serviço de administrações, empresas, coletividades locais ou organizações profissionais.

Quais são as sujeições e as armadilhas ligadas a esses novos tipos de pesquisas? A especificidade da antropologia constitui uma vantagem ou um incômodo na exploração dos novos espaços da modernidade? Em que medida a adaptação da antropologia aos novos pedidos científicos da sociedade pode realiza-se à custa de uma perda de autonomia, de ética, até mesmo de identidade? Existe compatibilidade entre as duas funções de pesquisador e consultante?

Eis algumas questões inerentes às novas relações da antropologia com a sociedade e que serão abordadas neste trabalho.

#### **OS INTELLECTUAIS E O ESPAÇO PÚBLICO**

**Mariza Veloso (UnB)**

Este trabalho procura refletir sobre a relação entre ciência e política de modo geral, e sobre a relação que os intelectuais mantêm com a sociedade/ou com o Estado de modo particular. Mas especificamente pretende-se observar como os intelectuais atuam no espaço público

ou ainda, como os intelectuais podem colaborar na construção do espaço público? Qual é o papel social que o intelectual exerce na cultura contemporânea? Sabe-se que esta é uma categoria que permanentemente questiona sua própria identidade. Na tradição intelectual brasileira encontramos pelo menos duas tendências opostas. De um lado, um sentimento de exílio, de desterro, de falta de lugar na sociedade, um estrangeiro em sua própria terra. Por outro lado, um forte sentido de “missão” em termos de atuação política e pública, o que enseja no intelectual a responsabilidade enquanto cidadão. A pergunta é: como atualmente no Brasil o intelectual se insere no espaço público? Tem sido este capaz de introduzir a multiplicidade social e a diversidade cultural da sociedade brasileira nos debates e nas políticas públicas? Qual sua participação nos debates das questões públicas nacionais? Tais indagações orientam estas reflexões.

Das 15h45 até 17h

Debates e proposta de criação de uma Comissão Especial da ABA sobre Patrimônio Cultural Brasileiro e projetos em áreas impactadas.

